

Evocação de João Penha* Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos Manuel José Silva



“Que saudosas recordações me não desperta esta simples palavra: Coimbra! Saudosas e longínquas recordações que bem fundo se enraizam num passado de não há menos de sessenta anos, mas que por vezes tão intensamente revivem que nem parecem de tão afastados tempos. (...)”¹ – eis o início de *Por estradas e atalhos*, da autoria de Bettencourt-Rodrigues (da Academia de Ciências de Lisboa e do Instituto de Coimbra), memorialista insigne da geração académica a que pertenceu João Penha. Ainda na mesma obra, conta

* Homenagem da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra (delegação de Braga), ao poeta Dr. João Penha, com a colaboração da Câmara Municipal de Braga. Oração proferida em 5 de Dezembro de 1999.

Bettencourt-Rodrigues que, estando muito tempo sem nada receber da pensão que lhe fora votada pelo Parlamento, o poeta Gomes Leal havia publicado, no *Diário de Notícias*, as seguintes quadras: "(...) Salvé, João Penha Fortuna,/ Que fortuna alguma tens,/ Que és um rico de intelecto,/ Mas 'magriço' de vinténs. / Salvé, ó meu velho João Penha,/ Ó fraterno amigo meu, / Que hás-de obter uma pensão/ De S. Pedro, lá no Céu!...!"². Irmanando o seu infortúnio ao de João Penha, que se encontrava em Braga, tal como ele próprio em Lisboa, doente e quase octogenário, em confrangedora situação de pobreza envergonhada, o poeta Gomes Leal alertava, num grito mal contido de desespero, para a injusta ausência de ventura, falaciosamente entressonhada, pelas duas 'glórias' nacionais, em tantos e tão aventurados dias de inesquecível mocidade. E, todavia, a vida e a obra legada pelo Dr. João Penha, nascido em Braga no ano de 1839 e licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1873, não auguravam desdita similar.

Filho de Braga e estudante de Coimbra, no dizer de Guilherme Braga³, João Penha dá a sensação de ter vivido de modo exacerbado o pulsar dessa tensão interior que subjaz à controversa ambiguidade do *entre*: entre a mítica "Lusa Atenas" e a que outrora foi Bracara Augusta, entre a boémia fácil e o trabalho grave, entre o sonho e a realidade, entre a arte e a vida. Desta dualidade que percorre e anima os seus textos de ordem vária nos faz o poeta lúcida análise em carta autobiográfica endereçada a Albino Forjaz de Sampaio e datada de (Braga) 18.IX.06: "(...) Durante bastantes anos, e sobretudo, durante os de Coimbra, (...) todo o meu tempo era empregue na satisfação de toda a espécie de prazeres comuns, mais ou menos espiritualizados por discussões, com os meus companheiros, sobre todos os problemas do universo (...) só quando da imprensa da Universidade me vinha o aviso de que para o jornal (a *Folha*) só faltava o expediente, é que eu, desesperado, me resolvía a escrever qualquer coisa (...) A obra era escrita a lápis, instrumento que adoro, e sofria várias modificações quando, depois, era passada a limpo. Assim, e deste modo, foram criadas as *Rimas* velhas, de que os editores desta cidade, Cruz & C.^a, acabam de fazer uma nova e bonita edição (ne varietur).

Mais tarde, o meu viver mudou de aspecto, porque tinha, como um burguês qualquer, de lutar pela vida. O burguês e essa luta não destruíram o artista, nem o podiam destruir porque, por temperamento e por educação, que a mim mesmo dei, o fui sempre, quase desde a infância.

Tive, pois, de dividir a minha actividade intelectual, mas poucas eram as horas que podia roubar ao labor profano para me entregar à divina arte do verso, labor este que, bem diferente daquele, é para mim um passatempo, um prazer, uma consolação. (...)”⁴.

Num outro trecho autobiográfico (e raras são as notações de cunho pessoal e de cariz confessionalista que o advogado-poeta deixou) intitulado “A Orgia”, João Penha revisita um passado de boémia, não da boémia estulta e viciosa, mas dessa boémia intelectual e filosófica que iria moldar não poucos vultos oitocentistas de renome. Assim sendo, relembra o grupo (do qual ele próprio fazia parte) algo grotesco saído, certa noite, do Paço do Conde após pantagruélico manjar: Guerra Junqueiro e outros ainda traziam nas botas resíduos da ceia anterior; Bernardino Machado, que sempre tivera pavor das constipações, atara um guardanapo em torno do pescoço e um outro à roda da cabeça; por seu turno, Gonçalves Crespo envergara um capote esquisito que havia pedido emprestado ao escudeiro atencioso de frente calva. No seio de certas referências, repassadas de indubitável saudade, à Sé Velha, ao Arco de Almedina, à Couraça dos Apóstolos e à Couraça de Lisboa, tantas vezes calcorreadas por Eça de Queirós, Simões Dias, Z. Bruno, Manuel da Assumpção e Sebastião de Seixas, frequentadores assíduos do sável da Tia Maria (ou seja, a “benfeitora da Humanidade” e a “mais ilustre artista culinária do seu tempo”), João Penha anuncia o seu firme propósito de elaborar uma determinada obra que, infelizmente, nunca chegou a ver a luz do dia: “(...) Num livro que preparo, e que se intitulará *Memórias de um estudante de Coimbra*, relatarei muitos casos dessa natureza, os quais, decerto, serão havidos por fantásticos, mas que o não são (...) há muitos episódios na vida académica (...) mas ficam para as *Memórias* (...)”⁵.

Terminadas as heterogéneas discussões orgíacas sobre a antinomia espírito-matéria, sobre a essência de um Deus infinito, sobre a existência ou não de rudimentos de língua nos peixes, sobre a eventual perseguição feita por Satanás às jovens defuntas... eis que surge Braga. Eis o poeta metamorfoseado em jurisconsulto do Campo da Vinha e apelidado, no distinto meio bracarense, de “grande advogado” e “ilustre causídico”... como ele próprio nos deixa antever, pela via de uma transição lúdica da terceira para a primeira pessoa do singular, em prosa intitulada “Almoço campestre”: “(...) O moço Lothário,

que viera do Brasil para visitar seus progenitores, e adquirir bens (...) convidara o grande advogado para, em dia que se fixasse, ir à sua freguesia tomar apontamentos para uma acção (...). O ilustre causídico disse que sim, acrescentando como por brincadeira: *contanto que o meu amigo me dê lá um almoço campestre, na relva, entre os arvoredos: gosto muito*. A manhã do dia aprazado, uma manhã de maio, estava deliciosa, (...) Findos rapidamente os serviços de investigação jurídica, e tomadas pelo grande advogado as competentes notas, o jovem Lothário, travando-lhe do braço, o foi encaminhando, por um carreiro, ao lado do qual corria, murmurando, um límpido riacho, para a habitação de seus pais. Notei (porque o grande advogado era eu) que (...) a terra tinha sido removida de fresco, (...)”⁶.

É, aliás, em Braga que João Penha vai redigindo, a par das *Rimas*, *Novas Rimas* e *Últimas Rimas*, a sua obra jurídica, publicada entre 1907 e 1914: *Acções civis e comerciais segundo o decreto de 29 de Maio de 1907: formulário* (Braga, Imprensa Henriquina a vapor, 1907); *Querela de testamento nulo quanto à instituição do herdeiro* (Braga, Tip. de J. M. Sousa Cruz, 1898); *Vínculos. Devolução à coroa-demência. Acção pendente na comarca de Famalicão* (Braga, Imprensa Bracarense, 1914).

Não foi, porém, o advogado que *A Crónica* de 1902 se apressou a homenagear, mas o poeta e o homem. Como homem, João Penha advogou o budismo, ao analisar a origem do sofrimento inerente à vida, ao descortinar a verdade oculta pelas aparências (o dharma), ao ultrapassar a barreira do Eu que perturba a percepção do samsara, ao suprimir as paixões nefastas (o egoísmo, a avareza, a soberba, a inveja e a intemperança), ao praticar a metta (uma das quatro grandes virtudes a par da impassibilidade face ao sofrimento e da infinita compaixão por todos os seres), ao adquirir a sagesse e ao aceder ao nirvana, suma libertação no que concerne à dor⁷. Com efeito, a dor torna-se inseparável da existência, a qual tem por causa as paixões de uma existência anterior. Quem não se libertar delas, morre e renasce para a expiação, porque a vida é dor e os próprios prazeres em dor revertem. Quem delas se libertar morre igualmente, mas anula as existências ulteriores e ascende ao nirvana, subtraindo-se à lei da transmigração. Afinal, tudo morre inelutavelmente, sendo a morte um mero episódio entre tantos outros que se inscrevem ao longo da existência. Deste modo, o não-ser, longe de emparelhar com o aniquilamento (consoante tendência em voga no Ocidente), é a vida eterna no

seio de Deus ou o último estágio da existência pura; ora, se a alma nunca morre, vai-se revestindo de invólucros sucessivos durante séculos sem fim, até que, purificada pela dor, se livra para sempre desses envoltórios, se consubstancia na Alma suprema e repousa tranquila na anterior "mão de Deus". Numa das notas de *Novas Rimas*, refere, a este propósito, João Penha: "(...) Foi o que eu fiz, quando me senti inclinado para as doutrinas de Buda. Fiz coincidir a actividade das minhas faculdades mentais sobre si mesmas (...) há na minha consciência uma como que voz interior que me afirma que (...) existi sempre, assim como me afirma que há em mim o que quer que seja que não pode morrer: isso que em mim faz versos, isso que dita estas coisas estranhas, que a minha pena está escrevendo. (...) a nossa existência actual é a continuação de outras anteriores; a extinção aparente dessa existência, o início de outra ou de outras ulteriores (...)”⁸. Partindo indubitavelmente dos princípios históricos do budismo, João Penha dá, todavia, a sensação de enveredar por trilhos novos, sulcados em observações pessoais, e aportar, deste modo, a conclusões algo inovadoras: "(...) para a nova forma dos seres passa o que quer que seja da sua existência anterior, não só quanto ao aspecto, mas também quanto a certas idiossincrasias.

Assim, nada mais vulgar do que encontrarem-se animais da nossa espécie, com traços bem característicos em suas figuras de animais inferiores (...) Assim, pode, por exemplo, afirmar-se que os que se entregam à arriscada profissão de gatunos, foram pegos; os Tenorios, macacos; os oradores, papagaios; os poetas, rouxinóis, ou gralhas, segundo as circunstâncias.

Eu (...) pertenci, numa das minhas existências anteriores, à raça felina: gato, tigre, leão? (...)”⁹. Nesta sequência, e a firmar o seu anelo de alargar as fronteiras do cognoscível, João Penha questiona-se sobre o facto de entre um animal de espécie inferior e um outro de espécie superior poder existir um sentimento (como a paixão), tão somente destinado, por norma, a seres da mesma espécie. Provas flagrantes da infalibilidade da sua filosofia original, bem como da sua crença budista nas transformações incessantes do ser humano atestando a não imutabilidade do Eu, são fornecidas à saciedade quer pelo conto “Colombina”, gata cujos olhos glaucos têm a expressão estranha de um profundo amor feminino, quer pelo conto “Sílvia”, jovem salgueiro que se apaixona intensamente pelo poeta:

“(…) Quando eu, nos meus passeios de cá para lá, chegava até junto desses caixotes, Colombina, que me seguia, saltava rapidamente para cima, e soltando umas pequenas vozes como de quem sofre, e em que havia súplica, aninhava-se para que eu mais suavemente a acariciasse. (…)”¹⁰.

“(…) Mais uma para a minha lista, pensava eu, repleto de vaidade: ser amado por uma mulher, que vulgaridade! mas, por uma árvore, por um salgueiro! Se eu revelasse este caso, se o comunicasse à Academia Real das Ciências, todos os sábios, todos aqueles que não ousam transpor os limites das observações comuns, o negariam por absurdo, por contrário à natureza das coisas!”¹¹.

Quanto ao desenlace destes dois ‘poemas’ de amor, ele revela-se conflagrantemente fatal. Assim sendo, Colombina morre: segundo o seu dono, o “Homem do Gás”, o ilustre Campos, ela é assassinada pelos Oleiros, que comiam todos os gatos da vizinhança, tendo em conta o elevado preço do coelho; na perspectiva de João Penha, ela suicida-se na noite funesta em que o poeta indignamente a repele; pelo facto de ter vivido uma paixão mundana e, conseqüentemente, não haver cumprido a lei da expiação, terá de conhecer e ‘renascer’ para uma nova existência. Quanto a Sílvia, e após a partida do contista para outras regiões, “principiou a dar-lhe o mal: o tronco foi-se-lhe mirrando pouco a pouco, as folhas amareleceram e caíram, e por fim morreu. O dono vendeu-a quase de graça (…)

está há muito feita em palitos. (…)”¹².

Se João Penha não hesitou em confessar-se publicamente budista, não se coibiu também de manifestar o seu ligeiro desacordo no tocante à classificação e abstenção das paixões, nomeadamente no que respeita ao amor: “(…) não amar, não cantar, não rir, é contrariar uma lei que não é das forjadas nos nossos parlamentos; amemos, pois, coroados de rosas, cantemos as belas coisas da vida, riamos. (…)”¹³. Nesta sequência, talvez não seja despidendo sublinhar o epicurismo hedonista do poeta-advogado, bem como a sua vivência exaustiva do carpe diem. Veja-se, a este respeito, o soneto que se intitula “As duas Musas”: “(…) Tu, o vate sempiterno/ Das coisas grandes, enormes,/ Que, na brecha, nunca dormes, / De vigia ao Padre-Eterno, / (…)

Não suponhas que me afundo/ Porque aos astros não remonto,/ E canto a vida, jocundo. (…)”¹⁴. De facto, João Penha namoriscou a vida pelo seu lado

castiço e, tendo-a assim patuscado, deteve-se a galantear a rosa feminina metaforizada em rosa de jardim, símbolo do *carpe diem*: “Ao vê-la passar, a rosa/ Disse ao cravo, enraivecida:/ Vai em si mesma embebida, / Nem te viu sequer, vaidosa!”¹⁵; Aquela vida alegre e deleitosa/ (...) Uma fada m’a leva, despiedosa!/ Mas, bendigo meus pulsos algemados,/ Que nunca, oh nunca por jardins e prados,/ Se viu mais fresca, mais divina rosa! (...)”¹⁶; “(...) Tem a alma divina d’uma rosa/ Em toda a sua mística pureza:/ Musa e poetisa, angélica e piedosa,/ É a graça triunfal da natureza. (...)”¹⁷.

Neste contexto específico, urge salientar a que é, talvez, a característica mais gritante da estética originalíssima de João Penha, ou seja, a intromissão, no discurso poético, de elementos tão prosaicos quanto o podem ser o bife, o presunto, o paio, o vinho e o jumento (passe o zeugma). Desentronizador do “eterno feminino” e parodista dos *topoi* românticos, o advogado-poeta entre-tém-se, em soneto de rara perfeição formal (não tivesse sido ele, aconselhado por Eça de Queirós, sequaz do formalismo de *Le Parnasse Contemporain*), não só a expor a dialéctica ideal-real subjacente à supracitada antinomia arte-vida, como também em realçar, na senda da sua filosofia de vida, alguns recursos evasivos e certos paliativos para a dor: “(...) Sigo os preceitos da moderna escola: / Não há dor que resista a um vinho ardente,/ Nem ao fácil amor de uma espanhola.//”¹⁸. Na verdade, o seu soneto, vazado em moldes parnasianos, não deixa de apanhar desprevenido o leitor incauto: se as duas primeiras quadras espelham um universo mais ou menos idealizado, os seus tercetos (de sobremaneira o último) patenteiam a prosaização/profanação do ideal (e não sublimação do real, como até então era sólito), quer pela queda abrupta na realidade trivial, quer pela espiritualização de certos comestíveis de charcutaria, tidos por determinados homens de letras como indignos representantes do real palpável: “Aquela Rosa branca, a flor mais viva/dos jardins olorosos de Granada,/ (...) Sol perdido em nevoeiro escuro e baço,/ A cítaras prefere a roca e o fuso,/ Aos meus cantos – presuntos de Melgaço!//”¹⁹; “Que formosura esplêndida! Ó profeta/ Dera-te ingresso na superna estância,/ (...) Mas, – eram de uma Circe os crús ensaios:/ Transformar-me num cerdo, eis o que esperas, / Que o teu capricho é devorar-me... em paio!//”²⁰. Razão parece, pois, ter Gonçalves Crespo quando aponta, nos versos de João Penha, a pouco usual coabitação da “música dolente da guitarra andaluza” e do “silvo estriduloso da serpente”²¹.

Terá sido, porventura, esta aparente desadequação da linguagem ao conteúdo que levou um distinto prosador do jornal lisboeta *A Mala da Europa* a fazer severo juízo crítico acerca da *Viagem por terra ao país dos sonhos*, de João Penha, e a tirar as seguintes conclusões: a de que os versos do livro em pauta tinham cabelos brancos, sendo inferiores aos das *Rimas*, e a de que o autor dessas mediócras coleções poéticas tão pouco original era que, sem plagiar ninguém, se plagiava, contudo, a si mesmo. Logo desce à liça o advogado João Penha que, com o seu brilhante espírito argumentativo, não tarda a contraditar a exegese errónea, conquanto corrobore o seu culto da mulher ou, melhor dizendo, o preito rendido à não-diva: "(...) Talvez se julgue que me refiro àquela parte do escrito em que o judicioso analista põe em relevo o meu espanholismo, ou antes o meu exuberante amor por andaluzas e sevilhanas, dizendo que essa mania vai tão longe que chego a rimar *comas* com *pomas*. Não é, porém, isso o que eu acho injusto (...) porque a mulher portuguesa aí tem, nesses mesmos versos, um largo quinhão, e aí a pinto como a vejo: quase sempre sem asas. (...)”²². O que o advogado-poeta acha, no fundo, injusto mais não é do que a súmula de duas asserções categoricamente expressas pelo referido prosador:

1.º – “(...) mas como se fosse pouco o afinar continuamente a lira para honrar as belezas do vizinho reino, o poeta tece um cântico dos cânticos a favor da cerveja alemã. (...)”²³.

2.ª – “(...) pena é que o poeta, seguindo os novos, não consagrasse à fachada dos alexandrinos o cuidado que as boas regras poéticas recomendam. (...)”²⁴.

Da primeira das acusações, o “cântico” da cerveja alemã, defende-se João Penha asseverando que jamais dedicou um poema à cerveja alemã, nem mesmo à inglesa, e que, a tê-lo feito, tal composição poética seria tão somente motivo para encómios, cortesantias e rapapés... e nunca para censuras. Quanto à segunda diatribe, João Penha, após declarar magistralmente que os versos de doze sílabas tanto podem ser escritos à francesa (alexandrinos) como à grega e à romana (asclepiadeus), deixa bem claro que nunca seguiu, conquanto os respeite, os poetas vulgarmente designados por nefelibatas, que nunca teve tendência para andar na rectaguarda de qualquer escola ou movimento e que a sua estética consiste na perfeita harmonia entre a palavra

e o pensamento. Por fim, e face a uma nova ofensiva por parte do mesmo crítico, desta vez consagrada ao pai e à emoção, João Penha declara publicamente: "(...) seja-me lícito consignar aqui a minha surpresa, ao ver o bisonho inimigo das coisas estrangeiras, tão inimigo delas que nem as pobres espanholas tolera, ir ao belo país de França, buscar, para uso próprio e de seus discípulos (...) aquela emoção. (...) A emoção é a Arte. (...) A emoção existe no poeta; o poeta comunica-a à obra, e a obra comunica-a ao leitor. Assim se faça arte, assim a faça o douto poetastor que me ocupa, – e chamo-lhe poetastro, não por que realmente o seja, mas porque ele próprio assim se designa modestamente, e não quero ofendê-lo na sua interessante modéstia. (...)”²⁵.

Mediante esta questão literária, fácil se torna deduzir que, se o poeta que havia em João Penha foi responsável, em grande escala, por tantas minutas de actas primorosas, o advogado que ele era não raro foi adjutório de um imbatível espírito questionador, amigo de sustentar, alegar, impugnar e/ou aduzir com argumentos.

Grande homem (como demonstra sobejamente a sua *Correspondência*), advogado brilhante e poeta original, João Penha afirmou-se, no seu tempo, como fino crítico literário. Comentou (recensão crítica que revela uma vasta cultura literária) o auto do *Fim do dia*, de António Correia de Oliveira, e *Amar é sofrer* de Guilherme Gama; perorou sobre a dicotomia poesia/arte, bem como sobre a função do crítico literário, nem sempre desempenhada com correcção: "(...) Estamos num país em que os sujeitos que, para passarem o tempo, ou para chamarem as atenções sobre as suas desconhecidas pessoas, exercem o mister de críticos, colocam os que se lançam no mundo das letras numa posição incerta e desequilibrada. (...)”²⁶. Viajou a todo o vapor pela literatura contemporânea, estudando e tecendo justas observações a respeito do romantismo, do realismo e do naturalismo. E até opinou sobre os monumentos que se vai tornando premente erigir em prol dos grandes homens. Com efeito, e a propósito de João de Deus, João Penha foi de opinião de que se lhe deveria levantar, na metrópole, um monumento que, não sendo tão durável como a sua obra, pudesse, pelo menos, transmitir aos vindouros as feições que ele tinha. Essas feições não deveriam ser as dos seus últimos dias, alquebrado pela idade e pelo sofrimento, mas as da sua mocidade, da época em que as *Flores do Campo* foram esculpidas. Por seu turno, e ainda

na óptica do juriconsulto bracarense, a estátua não deveria ser de bronze, mas de mármore, porque a pedra sobrevive ao metal. E deveria ser de mármore branco de Carrara, "branco como a luz dos astros, cândido como o seu espírito, imaculado como a sua existência" ²⁷.

Por fim, João Penha, poeta de Coimbra e advogado de Braga, artista de extrema modéstia, advogado que tinha a Arte como verdadeiro sacerdócio... decidiu, num daqueles reptos lúdicos tão característicos seus, brindar os seus contemporâneos (e gerações futuras) com um soneto que, curiosa e ironicamente, dedica a si próprio ²⁸.

Inter divos

(A mim mesmo)

Pelas "Rimas" puseste alfim remate
À tua trajectória resplendente.
Douto e poeta, aí cantas gravemente
Amor e o paio, os lírios e o tomate.

Não és unicamente um grande vate,
És também um heróico combatente
Pelo bem, pelo pão de toda a gente,
Desde o sábio feliz ao pobre orate.

Venceste! Por teu canto sublimado,
Tu és do génio o maior em foco,
E o mundo te venera prosternado!

Em pé, erguido num marmoreo soco,
Estátua viva ainda, entusiasmado
No número dos deuses te coloco!

E, assim, se autodeificou.

Notas

¹ Cf. Bettencourt-Rodrigues, *Por estradas e atalhos*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1931 I – “Coimbra”, p. 9.

² *Idem*, p. 38.

³ *Apud* *Antologia poética de João Penha*, organização e prefácio de Francisco Duarte Mangas, bibliografia de Henrique Barreto Nunes. Braga, Biblioteca Pública, 1990, p. 25.

⁴ *Apud* *O canto do cisne*. Paris, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1923, pp. XX-XXI.

⁵ Cf. “A Orgia” *in* *Por montes e vales*. Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899, pp. 167-168 e 173.

⁶ Cf. “Almoço campestre” *in* *O canto do cisne*, *op. cit.*, pp. 165-166.

⁷ Vide Peter B. Clarke, *Le grand livre des religions du monde*. Paris, Edition du Club Franc Loisir avec l'autorisation des Editions Solar, 1995, pp. 148 a 171.

⁸ Cf. *Novas Rimas*. Coimbra, França-Amado, Editor, 1905, “Notas”, pp. 321-322.

⁹ Cf. “Colombina” *in* *Ecos do Passado*. Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1914, pp. 158-159.

¹⁰ *Idem*, pp. 162-163.

¹¹ Cf. “Sílvia” *in* *Por montes e vales*, p. 79.

¹² *Idem*, p. 85.

¹³ Cf. *Novas Rimas*, “Notas”, p. 323.

¹⁴ *Idem*, “As duas Musas”, pp. 41-42.

¹⁵ *Idem*, “Ciúme”, p. 145.

¹⁶ *Idem*, “Crescant IIIII”, p. 117.

¹⁷ *Idem*, “O seu perfil”, p. 135.

¹⁸ Cf. *Rimas*. Braga, Cruz & Cia – Editores, 1905, XIV, p. 34.

¹⁹ *Idem*, XXI, pp. 47-48.

²⁰ *Idem*, XXIX, pp. 63-64.

²¹ Cf. Gonçalves Crespo, *Nocturnos*, Tavares Cardoso & Irmão, 1888, p. 94.

²² Cf. “Questão Literária” *in* *Por montes e vales*, pp. 91-92-94.

²³ *Idem*, p. 94.

²⁴ *Idem*, p. 97.

²⁵ *Idem*, pp. 129-130.

²⁶ Cf. *O canto do cisne*, p. 130.

²⁷ *Idem*, p. 145.

²⁸ *Idem*, p. 89.